



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**TERESINA/PI, 2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, alterada pela DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, DN TCU nº 124/2012 e das orientações do órgão de controle interno em Memorando nº 039/2013-CGA/DPRF/MJ.

**TERESINA/PI, 2013.**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL**

**SUMÁRIO**

LISTAS.....	9
A- CONTEÚDO GERAL.....	11
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA 17ª SRPRF/PI.....	12
1.3 APRESENTAÇÃO DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 17ª SRPRF/PI.....	18
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA 17ª SRPRF/PI.....	
1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS E FINALIDADES DA 17ª SRPRF/PI.....	
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS DA 17ª SRPRF/PI.....	
INTRODUÇÃO.....	

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UJ.....	
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA UJ.....	
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES PARA O EXERCÍCIO 2012.....	
2.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	
3.1. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DA UJ.....	
3.3 INFORMAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO, PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA UJ.....	
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	
4.1. RELAÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO.....	
4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	
QUADRO A.4.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	
4.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	
QUADRO A.4.2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA 17ª SRPRF/PI.....	
4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	
QUADRO A.4.4 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	
4.2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ.....	
4.2.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	
QUADRO A.4.7 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	
4.2.2.1. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO DE ELEMENTO DE DESPESA.....	
QUADRO A.4.8 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	
5.2. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	
5.2.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	
5.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	
5.3.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	
5.3.1.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL.....	
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....	
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR .....	
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	
6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	
6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	
6.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	
6.1.3. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	
6.1.4. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE.....	
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	
6.1.5. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	
6.1.6. QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	
6.1.6. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	
QUADRO A.6.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	
6.1.7. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	
6.1.8. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	
6.1.8.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	

6.1.8.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	
6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	
6.2.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS, INCLUSIVE SOBRE AS NORMAS QUE REGULAMENTAM O USO DA FROTA E OS CUSTOS ENVOLVIDOS.....	
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO, DA UNIÃO QUE ESTEJA SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E DOS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS. ....	
7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	
QUADRO A.7.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	
7.2.2. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	
QUADRO A.7.2. – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	
8.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	
9.1 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006. ....	

9.1.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	
9.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS ADOTADAS PELAS UNIDADES QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CONSUMO PRÓPRIO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	
9.2.1. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	
10.1 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU E EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA.....	
10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	
10.1.1.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	
QUADRO A.10.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	
10.1.1.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	
QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	
10.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	
10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/1993.....	
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E NO SICONV.....	
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBCT.....	
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	
QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO	

ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....



## LISTA DE QUADROS

- I Identificação da UJ
- II Demonstrativo da Execução do Programa 1386
- III Demonstrativo da Execução do Programa 0663
- IV Demonstrativo da Execução do Programa 0750
- V Execução Física das ações realizadas pelo DPRF
- VI Identificação das Unidades Orçamentárias
- VII Programação de Despesas Correntes
- VIII Programação de Despesas Capital
- IX Quadro IX - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- X Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- XI Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
- XII Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários
- XIII Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários
- XIV Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- XV Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XVI Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- XVII Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados
- XVIII Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- XIX Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
- XX Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

- XXI Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
- XXII Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
- XXIII Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
- XXIV Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- XXV Composição do Quadro de Estagiários
- XXVI Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- XXVII Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- XXVIII Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
- XXIX Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
- XXX Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- XXXI Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- XXXII Calendário de capacitações – COEN/SEDE
- XXXIII Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
- XXXIV Estrutura de controles internos da UJ
- XXXV Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- XXXVI Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- XXXVII Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- XXXVIII Gestão de TI da UJ

- XXXIX Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício 2010
- XL Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício 2011
- XLI Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- XLII Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- XLIII Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- XLIV Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

## A- CONTEÚDO GERAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1 Relatório de Gestão Individual

#### Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIORG: 002823
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 17ª SRPRF			
Código SIORG: 002823	Código LOA: <b>NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ</b>		Código SIAFI: 200127
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: órgão público		CNPJ: 00.394.494/0122-23	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(086) 3302-6300	(086) 3302-6320	(086) 3302-6302
Endereço Eletrônico: sup.pi@dprf.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Cep 64.045-000, Teresina – Piauí			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competências e atribuições estabelecidas na Constituição Federal, em § 2º do seu Art. 144, e no Art. 20 da Lei no 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno disposto na Portaria nº 1.375, de 02.08.2007, publicado no DOU nº 150, em 06.08.2007, tendo por finalidade, além do disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, a estrutura organizacional constante no Art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 1.375/2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200127	17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA 17ª SRPRF/PI

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, entidade descentralizada da Administração Direta, apresenta como preceito constitucional o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, inteligência do § 2º do artigo 144 da Constituição Federal, e atribuições definidas no art. 20 da Lei nº 9.503/1997, no Decreto nº 1.655/1995 e no Regimento Interno, anexo da Portaria nº 1.375/2007.

A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através, dentre outros órgãos, a Polícia Rodoviária Federal.

Compete à Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a disciplinar o Código de Trânsito Brasileiro.

O CTB complementa a missão constitucional da Polícia Rodoviária Federal ao enumerar as atribuições no seu Art. 20, a saber, cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas; efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas; credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível; assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas; coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal; implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

Não se limitam as atribuições a apenas à Carta Magna e ao CTB. O Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial de nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, no Art. 1º, especifica mais competências desse órgão específico singular, a seguir explanadas:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e

estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

No interesse de efetivar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, além das atribuições acima citadas, a Lei nº 9.654, de 02 de junho de 1998, alterada pela Lei nº 12.775, criou a carreira de Policial Rodoviário Federal, estruturada nas classes Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do seu Anexo I-A.

As atribuições gerais da Classe Especial do cargo de Policial Rodoviário Federal correspondem às atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe, quais sejam, as atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe que são de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe que, por fim, tratam de atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal abrangem o Estado do Piauí com uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital, e desconcentração advinda de 10 (dez) Postos de fiscalização, um destes desativado por falta de efetivo, e 05 (cinco) Delegacias.

Por não ser a 17ª SRPRF Unidade Orçamentária, o planejamento cabe ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que tomou como duas principais vertentes, o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, diretrizes essas determinantes para a implementação das atividades pela Unidade Jurisdicionada.

A Instituição, dentre as atribuições, destaca-se no combate ao crime nas rodovias federais, na fiscalização e no policiamento de trânsito, no atendimento aos acidentes e, em decorrência, na atuação constante na prevenção de acidentes e seus reflexos negativos como danos e perdas irreparáveis às famílias e altos gastos suportados pelo Governo.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com as demais instituições públicas bem como com os Administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

### **Objetivos estratégicos**

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de

recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como



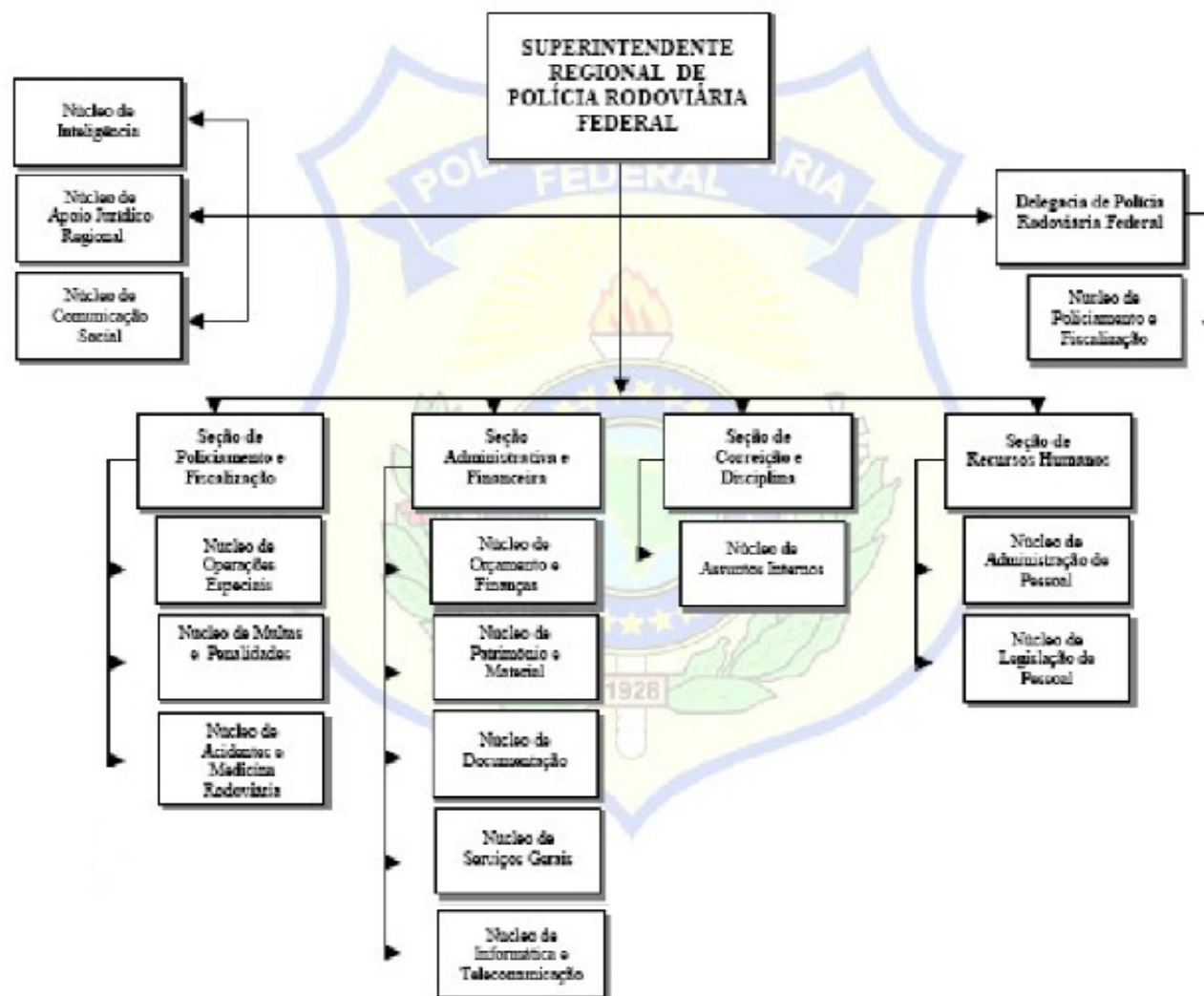
os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

### 1.3 APRESENTAÇÃO DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 17ª SRPRF/PI



O Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial do Ministro da Justiça de nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, revoga a Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, e define a estruturação organizacional da 17ª SRPRF/PI no Art. 2º, inciso II, item 1, como unidade desconcentrada composta de 03 (três) seções, 01 (uma) corregedoria, 14 (quatorze) núcleos, alguns subordinados e outros não quanto às seções, e, ao final, delegacias e núcleos de policiamento e fiscalização, num total de 05 (cinco) de cada.

Identificada a 17ª SRPRF/PI no Art. 2º, § 1º, inciso XVII da Portaria nº 1.375/2007, com sede na cidade de Teresina, abrangendo o Estado do Piauí, com cinco delegacias, o Art. 3º explicita que a Superintendência será dirigida pelo Superintendente, que, no caso desta Unidade Jurisdicionada, estão identificados no Rol de Responsáveis apresentado no processo administrativo de nº 08.668.000.557/2013-31 com as peças complementares exigidas no Art. 2º da Decisão Normativa TCU nº 124/2012 para aquelas entidades selecionadas, entre as quais a 17ª SRPRF/PI, a ter o processo de contas do exercício de 2012 constituído e a gestão dos responsáveis julgada pelo TCU, é o que preconiza o inciso II do Art. 71 da CF/88.

À 17ª SRPRF/PI compete, nos termos do Art. 75 do Regimento Interno do DPRF, executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal; conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente; emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional; lotar servidores no âmbito da Unidade Regional; conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União; aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência; aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade; autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação; autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento; encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Nestas condições, as atividades da Superintendência espelham as desenvolvidas pelo Departamento, quando muitas ações implementadas a nível regional resultaram ou de determinação da Administração Central (DPRF) ou de adoção dos mesmos procedimentos visando padronização. Entretanto, é bem verdade que a 17ª SRPRF/PI apresenta uma relativa e singela autonomia ao gerir de forma progressiva suas atividades, havendo constante descentralização de incumbências antes predeterminadas ao DPRF que passam a ser de responsabilidade da Regional, como, por exemplo, o controle de gastos orçamentários e financeiros no exercício, ainda que o recurso ou a disponibilidade seja descentralizada pelo DPRF.

Pode-se definir como macroprocesso do Gabinete do Superintendente a representação da 17ª SRPRF/PI, a autoridade máxima a figurar pelo órgão, o contato da Unidade Jurisdicionada com demais entidades públicas, empresas privadas, pessoa física, assim como parte do Gabinete a decisão proferida em processos administrativos disciplinares, recurso de multa. Por consequência, a sociedade consegue vislumbrar na pessoa do Superintendente a representação da Polícia Rodoviária Federal no estado.

No âmbito da 17ª SRPRF/PI, há um núcleo diretamente subordinado ao Gabinete da Superintendente, responsável por assessorar o Superintendente Regional a nível técnico, denominado Núcleo de Apoio Técnico. Cabe a este núcleo as atribuições disciplinadas no Art. 76 da citada portaria, a saber, promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente; prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos; prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência; elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente; prestar auxílio técnico

às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado; reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

O NUAT, em termos de macroprocesso, define a posição jurídica da 17ª SRPRF/PI quanto a assuntos técnicos, de processo administrativo tanto disciplinar, quanto de natureza administrativa, proporciona uma assessoria à Regional quanto a alguma consulta jurídica ou ao cumprimento de decisão judicial. Através da publicação de portarias pelo NUAT, os cidadãos tomam conhecimento dos servidores atuantes na área específica, tornando eficaz a publicidade dos atos administrativos, bem como ficam cientes da decisão do Superintendente quanto aos questionamentos, porventura, propostos.

Há mais dois núcleos também subordinados ao Gabinete da Superintendente, não menos importantes que o NUAT, quais sejam, Núcleo de Comunicação Social e Núcleo de Inteligência. O primeiro compete orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social; promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência; providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional; apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência; programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades, nos termos do Art. 77 da portaria.

O NUCOM permite divulgar os resultados das atividades da PRF e serve de ponte de contato com as demais entidades. Com a divulgação dos resultados, permite concluir a atuação da PRF no estado.

O Art. 78 do mesmo diploma legal relata que a competência do NUIINT abrange seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento; assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência; apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência; planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência; produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência; intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência; cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos; identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência; planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência; solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência; manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação; manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência; receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área; propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

As ações do NUIINT contribui para identificar as características mais determinantes do estado de forma que a PRF atue específica e objetivamente no combate a determinados crimes como apontar os pontos de prostituição infantil ao longo das rodovias federais do Piauí. Resulta isso na redução considerável de cometimento de crimes e, por consequência, aproximando a PRF na sociedade.

Verificar-se-á que o NUCOM e o NUIINT terão papel de fundamental influência, ainda que indireta, nos macroprocessos finalísticos desta Unidade Jurisdicionada no tópico 1.4. Tratando de macroprocessos, um setor que mais diretamente implica em repercussão imediata das atividades desenvolvidas

pela PRF é a Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF.

À Seção de Policiamento e Fiscalização compete programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria; coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência; coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais – CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta; orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas; organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados; programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

As frequentes operações da PRF, organizadas pela SPF, ocasionam no salvamento de vidas, apreensão de produtos ilícitos ou resultantes de atividades ilícitas, prisão de foragidos, retenção de veículos irregulares, entre outros. A sensação causada é a de segurança nas rodovias federais.

Hierarquicamente inferiores e subordinados à SPF, encontram-se o Núcleo de Operações Especiais, Núcleo de Multas e Penalidades e o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária. Ao NOE, o Art. 80 da Portaria nº 1.375/2007 elenca as competências para orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública; estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento; executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência; apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico; executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais; executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução; pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Como macroprocesso do NOE indiscutível o combate frequente ao crime, o que proporciona segurança aos transeuntes e à sociedade em geral. Outro ponto de considerável importância, é o combate ao trabalho escravo, promovendo a reinserção daquele trabalhador na vida social e adequada.

Enquanto cabe ao NMP orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de

serviços, convênios e contratos; organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades; organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais; acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços; controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados; controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas; elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes; preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Após preenchidos os autos de infração, os mesmos serão enviados ao NMP que processarão para cobrança do usuário infrator. A atuação do NMP promove imensa arrecadação aos cofres públicos por meio do recolhimento do valor pago na multa.

Por fim, as competências do NURAM podem ser descritas como planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais (atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, transporte de órgãos, apoio de saúde a operações da Unidade Regional, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos para o trânsito, atividades de medicina do tráfego, investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito, confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes), realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades anteriormente elencadas, propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades, representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades, orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes, propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço, manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências, preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito, orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança, colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais, promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

O registro de acidentes e de pessoas envolvidas permite identificar o local do acidente e analisar futuras medidas preventivas naquele local como policiamento ostensivo, sinalizações adequadas. A emissão do Boletim de Acidente de Trânsito pelo NURAM garante transparência e instrumento de ressarcimento de eventuais danos.

A Seção Administrativa e Financeira, apesar de estritamente afeita às atividades administrativas (atividade-meio), proporciona efeitos substanciais na atividade-fim, como bem se concluirá das suas atribuições e das dos seus núcleos. O Art. 83 enumera os pontos de atuação da SAF, especificamente os seguintes: programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e

manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações; elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência; orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório; coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente; comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência; indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional; prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação; supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência; organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório; promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

A SAF promove a todo tempo medidas para pleno funcionamento da atividade-fim como, por exemplo, a contratação de empresas especializadas na limpeza e conservação das unidades da PRF no Estado do Piauí. Os servidores da atividade-fim conseguem visualizar o resultado das atividades da SAF como o fornecimento de energia elétrica, de água, de material de informática, de manutenção de viaturas, entre outros.

A abrangência das atividades da SAF não poderia ficar restrita a um ou poucos núcleos, fazendo-se necessária a vinculação de 05 (cinco) núcleos à seção para viabilizar a execução plena de suas atividades. Ao reiterar a citação de que a Regional promove controle de seus gastos, não podendo ultrapassar o valor orçamentário previsto para o exercício, essa informação do estimado é passada pelo Núcleo de Orçamento e Finanças, bem como a programação, orientação, controle e execução das atividades inerentes à administração orçamentária e financeira; ainda, a elaboração demonstrativa da execução orçamentária e financeira; o controle e execução dos recursos recebidos e prática dos procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas; a informação, para fins de licitação, da existência de disponibilidade orçamentária; controle do crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas; controle e processo de pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores.

Compete ainda ao NUOFI receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos; analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento; proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos; analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos; emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos; manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

O NUOFI tem como macroprocesso o pagamento de faturas, de diárias de servidores e passagens aéreas. Enfim, confere eficácia às disposições da Lei Orçamentária Anual.

Outro núcleo de subordinação à SAF é o Núcleo de Patrimônio e Material, o qual compete orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado; efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis; receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis; propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irre recuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens; promover o inventário patrimonial dos bens de

responsabilidade da Superintendência; examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações; manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade; examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo; manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos; atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência; manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

A distribuição de materiais aos servidores é o carro-chefe do NUPAT, o que permite a satisfação do servidor ao se deparar com as condições estruturais fornecidas pela PRF, como fornecimento de uniformes, armamento, viaturas.

Ao Núcleo de Documentação compete controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos; receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências; manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo; manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos; controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes; promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência; implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

O registro de toda documentação que entra ou sai da Regional, mediante identificação por número de protocolo pelo NUDOC, auxilia na localização e na eficiência do trâmite decorrido. Serve o NUDOC como contato com o público externo que pretenda, por exemplo, recorrer de notificação de multa.

Ao Núcleo de Serviços Gerais compete encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços; elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços; processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente; instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores; acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional; promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição; promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos; promover o gerenciamento da frota de veículos; elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV no âmbito da sua Unidade Regional; informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

É inegável que a manutenção de viaturas seja o macroprocesso do NUSEG, quando diretamente relacionada com as atividades da pista e referência



de modelo de instituição para a sociedade. A boa manutenção da viatura garante qualidade no desempenho do serviço do policial rodoviário federal.

Ao Núcleo de Telemática compete planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização; desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação; treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência; pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação; promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

O pleno funcionamento da internet e demais sistemas constantemente utilizados pelos servidores PRF é proporcionado pela atuação do NUTEL. Isso resulta na agilidade do atendimento pelo policial e, por consequência, eficiência reconhecida pela sociedade.

À Seção de Recursos Humanos compete programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde (concessão de plano de saúde; prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável – PROSSERV; apoio de saúde institucional; higiene e saúde no trabalho; perícias; doenças do trabalho; assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; medicina do trabalho; verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; juntas médicas regionais.); prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química; auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas; realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas; propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas.

A remoção e a lotação de servidores são os principais pontos da atuação da SRH, quando lida diretamente com o bem estar e a proximidade da família do servidor.

Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal, subordinado à SRH, cabe orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios; realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal; analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência; planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA; instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal; executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA; pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos

humanos da Superintendência; instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões

Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; e adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

A capacitação do servidor orientada pelo NUCAP acaba por conferir satisfação com a instituição PRF e confiança ao servidor quando do exercício de seu trabalho.

Outro núcleo vinculado à SRH é o Núcleo de Administração de Pessoal que, dentre suas atribuições, destacam-se pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo; auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência; orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento; cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas; controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar; prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei; adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais; controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos; controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência; instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores; analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos; promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista; fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei; acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento.

A frequência dos servidores é a todo tempo analisada pelo NUAP quanto ao cumprimento da carga horária. A possível acumulação de horas a mais na folha de frequência do servidor irá garantir compensação de horas e, por consequência, sensação de que o servidor não está sendo “excedido” no serviço público.

À Corregedoria Regional compete planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente; proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes; acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente; elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática; receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares; elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional; organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência; manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área; orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares; elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão; prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais; promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência; auxiliar na gestão do orçamento correicional; elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

A devida instrução das instruções preliminares, das sindicâncias administrativas e dos processos administrativos disciplinares pela Corregedoria garante transparência, ampla defesa e contraditório, e o servidor identifica quais são as condutas funcionais.

Como em todas as seções, na Corregedoria não poderia ser diferente, ao apresentar núcleo subordinado, o Núcleo de Assuntos Internos que compete auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares; promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional; receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores; fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Serve o NUAÍ como receptor de denúncias de usuários quanto ao comportamento de servidores no exercício da função. Assim, analisa se é caso de instrução preliminar ou sindicância e orienta àquele denunciante medidas de segurança.

A 17ª SRPRF/PI atua no Estado do Piauí por meio de suas 05 (cinco) delegacias, 10 (dez) postos, dos quais um se encontra inativo e 05 (cinco) núcleos de policiamento e fiscalização. Compete às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas; controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia; zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina; adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes; zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito; adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais; controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio; baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

O Chefe da Delegacia está em constante contato com a população localizada nas proximidades da delegacia e representa a atuação da PRF naquela região. Cabe ao Chefe da Delegacia acionar os demais setores para garantir aos servidores lotados em sua delegacia condições estruturais ao serviço.

Quanto ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização, cabe as atribuições de controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

Este núcleo registra dados das ações promovidas na delegacia e envia à Sede para aglutinar com as da demais delegacias e reenviar ao DPRF. Auxilia também a atividade do PRF na rodovia federal ao fornecer blocos de autos de infração, boletim de acidentes, entre outros.

#### **1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA 17ª SRPRF/PI**

A principal missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, “salvar vidas” com redução de acidentes e de mortes, vem sendo implementada mediante operações da Seção de Policiamento e Fiscalização, entre as quais destacam-se SALVA VIDAS, MOTOVIDA, COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS, VELOCIDADE SEGURA, todas executadas no exercício de 2012.

Tais ações são de naturezas preventiva e repressivas e demonstra a preocupação que a 17ª SRPRF/PI possui na constante luta pela redução de acidentes, de feridos e de mortes nas rodovias federais presentes no Estado do Piauí.

Implementar essa missão (salvar vidas) em 2012 pela Unidade Jurisdicionada reduziu a quantidade de acidentes, de vítimas dos tipos leve, grave e fatal, em relação a 2011. Outro efeito significativo fora a quantidade de testes de alcoolemia que se aproximou de 10 mil, ocasionando na prisão de 311 pessoas em comparação com o número de 216 no exercício de 2011.

Outro macroprocesso finalístico da Unidade Jurisdicionada é a educação para o trânsito prevista no CTB, trabalho de médio a longo prazo por envolver questões sócio-culturais.

A conscientização à população é exercitada de forma constante e progressiva como se conclui da análise dos quantitativos de autuações em 2011 e 2012, pois houve um considerável aumento desse número de 44.172 para 55.824 autuações com e sem abordagem. Assim, quanto maior o número de pessoas autuadas menor a probabilidade de incorrerem novamente em infrações de trânsito seja por não querer despende outro valor considerável para pagamento da multa, seja por não pretender elevar a pontuação na sua carteira.

Reforçar as ações de criminalidade também se configura como macroprocesso finalístico desta Unidade Jurisdicionada.

Para isso, faz-se imprescindível a capacitação dos servidores policiais nas ações de combate a criminalidade. Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2012, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

## **1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS E FINALIDADES DA 17ª SRPRF/PI**

A 17ª SRPRF/PI teve como destaque nos macroprocessos de apoio os relativos à Ação 2000 – Administração da Unidade, mais especificamente as contratações de serviços continuados, as aquisições de material permanente de natureza de investimento, a aquisição de fardamento operacional, entre outros.

A contratação de serviços de manutenção de ar condicionado, refrigeradores e bebedouros tem proporcionado melhorias no ambiente de trabalho do policial rodoviário federal, amenizando as altas temperaturas do estado.

Foram registradas atas de registro de preços relativas à aquisição de aparelhos de ar condicionado, Tvs, fogões, visando atender às necessidades dos postos e delegacias.

A padronização do uniforme determinada pelo DPRF fora adotada pela Unidade Regional com distribuição de fardamento completo a todos os servidores lotados.

## **1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS DA 17ª SRPRF/PI**

As ações de Policiamento e Fiscalização da 17ª SRPRF/PI são efetuadas em parcerias com os diversos órgãos, quais sejam, Polícia Federal, IBA-MA, Polícia Civil e Militar dos Estados, Ministério Público (Federal e Estadual), Receita Tributária (Federal e Estadual), Agências reguladoras de serviços públicos (ANTT, ANVISA, EMBRATEL, ANP), Ministério Público (Estadual, Federal e do Trabalho) e demais órgãos estaduais de fiscalização. No desempenho das atividades, a prestação de serviços se dá em parceria por solicitação ou em razão de cooperação técnica ao longo das rodovias federais e fora destas.

A Regional apresenta atualmente convênio firmado com o Ministério Público do Piauí. Ainda, termos de cooperação técnica com Departamento Estadual de Trânsito visando recolhimento dos veículos retidos e com a Secretária Estadual de Trânsito para apreensão e recolhimento de animais nos trechos da rodovia federal.

A captura de animais nas rodovias se mostra de interesse direto da PRF no estado por surtir efeitos na redução de acidentes de trânsito e de mortes, o que diminui os gastos públicos. Assim como a destinação adequada dos veículos retidos nos postos ao DETRAN evita a deterioração e a ofensa ao patrimônio alheio que deixa de estar sujeito às intempéries do clima.

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 121/2012, e da Portaria TCU nº 150/2012, que deverão compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012, apresentado, para apreciação, pela Administração Regional da 17ª Superintendência Regional, entidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça.

Neste Relatório de Gestão, há menção às metas, aos resultados consolidados, bem como à destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo *0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais*, *1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal* e *0750 – Apoio Administrativo*, no exercício de 2012. Constitui o relatório instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

Gestão, Planejamento e Controle nortearam a elaboração deste Relatório de Gestão, que, organizado e sistematizado, possibilita a visualização das ações desenvolvidas pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí encerra seu exercício de 2012 ao preconizar a missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias

federais.

## **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da UJ**

O plano estratégico da 17ª SRPRF/PI foi implementado no decorrer de todo o exercício de 2012, como se infere dos dados repassados principalmente pela Seção de Policiamento e Fiscalização nas Ações 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal, 2723 - Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, 86A1 - Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF, pela Seção de Recursos Humanos na Ação 2524 - Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e pela Seção Administrativa e Financeira na Ação 2000 – Administração da Unidade.

Quanto aos Programas, Objetivos, Iniciativas e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual, apesar das análises não constarem neste relatório devido ao fato da UJ não ser responsável pela execução de programas de Governo, ainda assim é possível identificar que os Programas 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, 0663 - *Segurança pública nas rodovias federais* e 0750 - Apoio Administrativo apresentam as ações supracitadas como objetivos específicos.

As estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais são diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias e reforço nas ações de combate à criminalidade.

### **2.2 Informações sobre as estratégias adotadas pela UJ**

#### **I. Análise do andamento do Plano Estratégico da 17ª SRPRF/PI**

Os principais objetivos definidos para 2012 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;**
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;**

#### **II. Análise do Plano de Ação da 17ª SRPRF/PI no exercício de 2011**

##### **Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias**

**Estratégia 1:** Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais

trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

**Estratégia 2:** Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos.

**Reforço nas ações de combate à criminalidade**

**Estratégia 1:** Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2012, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

**Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas**

**Estratégias 1:** Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

**2.3 Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício 2012**

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:



### **Falta de efetivo:**

Com reduzido número do efetivo de policiais por posto no plantão, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 03 da 4ª Delegacia de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Delegacia de Piri-piri/PI), devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados. Inclusive, em 2012, fora o Posto 02 da 2ª Delegacia inativado em virtude da redução do efetivo, realocando os servidores nos demais postos da delegacia.

A extensa malha rodoviária do estado do Piauí aliada ao reduzido número de postos inviabilizam a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (Posto 1 da 3ª Delegacia de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

### **Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:**

A frota da 17ª SRPRF/PI é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

### **Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que, ao atravessar as rodovias, não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

Não houve investimento na estrutura física da Regional no exercício 2012 devido aos frequentes erros nas planilhas do projeto básico contratado para reforma e ampliação advindos única e exclusivamente da Contratada, o que resultou na aplicação de penalidades administrativas e incorrendo na rescisão contratual. Por essa razão, será promovida nova contratação de projeto básico para reforma e ampliação. Vale importar que o edital relativo à

contratação dos serviços de reforma e ampliação fora elaborado, entretanto fora prejudicado o objeto pela não fornecimento de planilha de serviços e materiais adequadas.

#### **Dificuldades:**

1- No início do exercício de 2012, houve descentralização de recursos orçamentários suficientes, mas como o atraso do fornecimento das planilhas por culpa exclusiva da Contratada, os recursos retornaram à Administração Central no segundo semestre de 2012;

2 – No final de 2012, a Administração, por duas vezes, tentou contratar empresa especializada na contratação de serviços de manutenção predial nos Postos e Delegacias da 17ª SRPRF/PI mediante Convite, porém não obteve sucesso quando na primeira sessão apenas uma empresa compareceu. Na segunda publicação, nenhum licitante se fez presente à sessão. Não medindo esforços para execução dos termos do convite, a Administração evoluiu os autos à Consultoria Jurídica da AGU para análise jurídica da eventual dispensa decorrente de convite fracassado, entretanto a Consultoria entendeu pela impossibilidade de dispensa de convite fracassado.

#### **Estratégia 2:** Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

### **2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada**

A PRF ainda não desenvolveu indicadores institucionais para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão.

### **3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão**

Não se aplicam os Quadros A.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal, A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores e A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores, pois não há na Unidade Jurisdicionada Conselhos de Administração e Fiscal nem Diretoria Estatutária, bem como, conforme prevê o Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão, o subitem 3.3 da Parte A – Conteúdo Geral da DN TCU nº 119/2012.

#### **3.1. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ**

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x

25. A informação disponível as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>x</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>x</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>x</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			<b>x</b>		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			<b>x</b>		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			<b>x</b>		
Análise Crítica:					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p><b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

Análise Crítica:

Ainda que a 17ª SRPRF/PI não contenha na sua estrutura uma auditoria interna, pois, segundo informações da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, somente as autarquias apresentam auditoria interna, foram designados quatro servidores para comporem a Comissão Regional de Controle Interno mediante Portaria do Gabinete da Superintendente de nº 163, de 20 de julho de 2012, publicada no Boletim de Serviço na mesma data.

Cabe a esta comissão verificar o devido cumprimento das recomendações exaradas nos relatórios de auditorias, bem como, realizar o controle das propostas de soluções adicionadas no relatório anual de gestão. Outra atribuição da Comissão de Controle Interno é acompanhar a aplicação das normas

relativas às publicações obrigatórias no portal de transparência e no portal do DPRF, bem como a emissão, divulgação, proposição ou pagamento de passagens e diárias. E a cada quatro meses, a comissão apresentará relatório das atividades à autoridade superior.

A criação dessa comissão demonstra a preocupação da autoridade superior da 17ª SRPRF/PI quanto à importância do controle interno. Os demais setores da unidade sentem as ações da comissão quando confeccionados memorandos de solicitação, por exemplo, à SRH se as fichas funcionais dos servidores da Regional, incluindo os anteriores a 1994, estão devidamente atualizados, entre outras, de forma a analisar os pontos apontados pelas auditorias realizadas na unidade nos processos administrativos de nºs 08.668.002.521/2011-21 e 08.668.000.026/2011-87.

### **3.2. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da UJ**

Na estrutura da UJ, destaca-se o setor de correição, a Corregedoria Regional, cujas competências estão disciplinadas no Art. 92 da Portaria Ministerial nº 1.357/2007.

Cabe à Corregedoria Regional planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente; proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes; acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente; elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática; receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares; elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional; organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência; manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área; orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares; elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão; prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais; promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência; auxiliar na gestão do orçamento correicional; elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Nas ações da Corregedoria Regional, merecem especial destaque o planejamento e a execução de operações conjuntas com a Seção de Policiamento e Fiscalização e com servidores do NOE, GPT e de todas as delegacias, sem descuidar das Operações Correicionais coordenadas pela Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos, as quais foram desencadeadas a partir de investigações realizadas pela Corregedoria Regional e resultaram na prisão de Policiais Rodoviários Federais que, pelo menos em tese, incorreriam em práticas delituosas quando se encontravam no exercício de suas atribuições.

No curso do ano de 2012, dando cumprimento a suas atribuições, a Corregedoria Regional implementou ações preventivas e repressivas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, objetivando motivar e integrar os servidores e reduzir a ocorrência de possíveis erros e desvios de conduta, como também, coibir a prática de infrações administrativas disciplinares e penais.

Dentre as principais ações preventivas desenvolvidas, destacam-se as visitas correicionais e acompanhamentos gerenciais de serviço realizados em todos os postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI. No ano de 2012 foram confeccionados 187 (cento e oitenta e sete) Relatórios de Inspeção Correicional.

Também foram planejadas e executadas três operações conjuntas com a Seção de Policiamento e Fiscalização, das quais participaram diversos servidores que desempenham suas atribuições na atividade fim em todas as delegacias da 17ª SRPRF/PI.

A Corregedoria Regional ainda participou de 05 (cinco) reuniões, planejadas e coordenadas pela Senhora Superintendente da 17ª SRPRF/PI, realizadas nas sedes das delegacias da referida unidade regional, para as quais foram convocados todos os servidores das respectivas unidades de lotação.

No decorrer das mencionadas reuniões, o Corregedor Regional e o Chefe do NUIAI/CR fizeram uso da palavra e abordaram temas relevantes, inerentes à seara de atuação da unidade correicional. Os assuntos abordados pelos membros da Corregedoria Regional tinham por fim dirimir dúvidas levantadas pelo efetivo sobre o Regime Disciplinar aplicável aos servidores do DPRF/MJ, assim como sobre a padronização de procedimentos e uso adequado do uniforme policial, dentre outros.

As ações repressivas que merecem maior destaque compreendem as investigações, de caráter reservado, realizadas pelo Núcleo de Assuntos Internos, as quais confirmaram a existência de indícios de materialidade e de autoria de irregularidades funcionais, resultando na deflagração de 03 (três) Operações Correicionais, planejadas e executadas em conjunto com a Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos - DFAI, com a consequente prisão, em flagrante delito, de 04 (quatro) Policiais Rodoviários Federais acusados da prática de condutas criminosas.

A corregedoria Regional, através de seu Núcleo de Assuntos Internos, realizou 46 (quarenta e seis) Instruções Preliminares com o fim de averiguar a existência de indícios de materialidade e de autoria de supostas irregularidades funcionais.

Sem se descuidar dos Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa, a Corregedoria Regional apurou a responsabilidade administrativa de 33 (trinta e três) servidores acusados em 11 (onze) processos administrativos disciplinares, observando-se os prazos prescricionais e a urgência de instauração requerida por cada caso.

O conhecimento superficial ou a simples notícia do cometimento de falta disciplinar não são suficientes para que se instaure procedimento administrativo de natureza punitiva. Para que tal ocorra, faz-se necessária a realização de diligências investigativas para averiguar a existência de indícios de materialidade e de autoria.

Diante dos indícios, deve-se instaurar o procedimento apuratório adequado, em respeito ao Princípio Constitucional do Devido Processo Legal (*due process of law*), e a instrução processual deve respeitar o Contraditório e a Ampla Defesa, além de observar as normas legais e regulamentares pertinentes ao Processo Administrativo Disciplinar.

### **3.3 Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da UJ**

A Corregedoria Regional da 17ª SRPRF/PI vem cumprindo os preceitos dos Arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os Quadros A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático, A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ, A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ, A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção e A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ, previstos na Portaria TCU nº 150/2012, e suas análises decorrentes não constam neste Relatório devido ao fato de esta Unidade não ser responsável pela execução de programas de Governo, incumbência atribuída ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

##### 4.1. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício

##### 4.1.1 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		03DO				
Descrição		Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões				
Objetivo		0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.				
Órgão ou Unidade Responsável		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	160.532,52	152.183,52	0	8.349,00	<b>152.183,52</b>
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Operação apoiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>04</b>	<b>01</b>		<b>152.183,52</b>

nota: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação 201C - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, única ação orçamentária da iniciativa 03DO.



Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Operação Apoiada</b>	<b>unidade</b>	<b>04</b>	<b>01</b>	-	-

Análise Crítica:

A 17ª SRPRF/PI não fora contemplada com execução orçamentária e financeira desta ação.

Identificação da Ação						
Código	200G					
Descrição	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.950.000,00	60.913.540,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Obra realizada</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Presente o recurso orçamentário para reforma e ampliação no primeiro semestre de 2012, a Regional promoveu a contratação de empresa especializada no fornecimento de planilhas atualizadas para reforma e ampliação de postos e delegacias. Entretanto, a Administração não contava que a referida empresa incorresse em erro por cinco vezes na confecção das planilhas, o que caracterizou má-fé, aplicação de penalidades administrativas e futura rescisão contratual. Ainda que elaborado o edital relativo, não foi possível direcionar os autos à Consultoria Jurídica, quando pendente das planilhas contratadas, e o atraso no fornecimento dos dados ao DPRF (Administração Central) acabou tirando o recurso orçamentário, o que inviabilizou a execução de ampliação dos postos e delegacia.

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.800.000,00	190.480,44	152.785,77	0	37.694,67	152.785,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Servidor capacitado</b>	<b>Unidade</b>				152.785,77

Análise Crítica:

A 17ª SRPRF apresenta como missão organizacional o salvamento de vidas, a fiscalização de trânsito, o patrulhamento das rodovias federais, a educação de trânsito e ainda no contexto da segurança pública, portanto de competência no combate à criminalidade e no policiamento ostensivo. Ao longo do exercício de 2012, foram realizados cursos de capacitação, atingindo um total de 240 servidores, policiais e administrativos.

#### CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA 17ª SRPRF/PI

CURSO	CARGA HORÁRIA (h/a)	PERÍODO	Nº DE PRFs CAPACITADOS	Nº DE ADM. CAPACITADOS	TOTAL SERVIDORES	CUSTO
<b>CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OS CHEFES DO NUOF/17ª</b>	<b>40h/a</b>	<b>05/02/2012 A 11/02/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>4.177,60</b>

<b>WORKSHOP-ESTRATÉGIAS PARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DPRF</b>	<b>24h/a</b>	<b>13/03/2012 A 16/03/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>2.404,61</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA BATEDOR POLICIAL 2012</b>		<b>18/03/2012 A 04/04/2012</b>	<b>05</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>20.644,85</b>
<b>ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS DE MATERIAIS PARA O CFP2012</b>		<b>19/03/2012 A 31/03/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>4.650,12</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA BATEDOR POLICIAL 2012 2ª TURMA- Instrutor.</b>	<b>48h/a</b>	<b>12/04/2012 A 14/05/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>6.725,92</b>
<b>CURSO USO E EMPREGO DE TECNOLOGIAS NÃO LETAIS( TASER )</b>	<b>16h/a</b>	<b>19/03/2012 A 16/05/2012</b>	<b>202</b>	<b>00</b>	<b>202</b>	<b>2.746,46</b>
<b>CURSO USO E EMPREGO DE TECNOLOGIAS NÃO LETAIS(ESPARGIDOR)</b>	<b>08h/a</b>	<b>21/03/2012 A 17/05/2012</b>	<b>206</b>	<b>00</b>	<b>206</b>	<b>2.746,46</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO PARA MOTOCICLISTA BATEDOR POLICIAL/2012 2ª TURMA.</b>		<b>15/04/2012 A 12/05/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>7.545,94</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTOR</b>		<b>22/04/2012 A 05/05/2012</b>	<b>09</b>	<b>00</b>	<b>09</b>	<b>40.621,88</b>
<b>IV SEMINÁRIO ÁLCOOL E DROGAS: O GRANDE DESAFIO</b>		<b>18/04/2012 A 21/04/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>2.305,47</b>
<b>3º CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE - TPFT</b>		<b>01/05/2012 A 19/05/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>11.529,72</b>
<b>II ENCONTRO DE CORREGEDORES DO PODER EXECUTIVO</b>	<b>16h/a</b>	<b>28/05/2012 A 30/05/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>3.609,14</b>

<b>ENCONTRO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS</b>	<b>12h/a</b>	<b>13/05/2012 A 16/05/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>5.807,18</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA BATEDOR POLICIAL 3ºTURMA.</b>		<b>06/05/2012 A 02/06/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>4.884,16</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO POLICIAL 2012/01</b>	<b>CFP01</b>	<b>JUNHO-AGOSTO DE 2012</b>	<b>14</b>	<b>00</b>	<b>14</b>	<b>115.525,58</b>
<b>XXII CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME TPCC</b>		<b>26/05/2012 A 15/06/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>11.038,34</b>
<b>CURSO DE MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS</b>	<b>24h/a</b>	<b>AGOSTO 2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>6.994,46</b>
<b>ESTÁGIO DE SEGURANÇA DE AUTORIDADES 2012</b>		<b>06/08/2012 A 10/08/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>2.910,53</b>
<b>FORMAÇÃO DE FISCAIS E GESTORES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>40h/a</b>	<b>29/08/2012 A 31/08/2012</b>	<b>04</b>	<b>00</b>	<b>04</b>	<b>7.600,00</b>
<b>CURSO DE LEI Nº 8112 E LEGISLAÇÃO</b>	<b>40h/a</b>	<b>20-24/08/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>1.243,28</b>
<b>SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE BASE DE DADOS DISEG</b>		<b>09/09/2012 A 22/09/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>4.178,24</b>
<b>SIOF OPERACIONAL NOVO CPR</b>	<b>40h/a</b>	<b>10-14/09/2012 E 22-26/10/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>6.931,64</b>
<b>CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2012/02</b>	<b>CFP02</b>	<b>25/09/2012 A 21/12/2012</b>	<b>11</b>	<b>00</b>	<b>11</b>	<b>158.580,72</b>
<b>CURSO DE BLASTER(encarregado de fogo e explosivo)</b>	<b>08h/a</b>	<b>01/10/2012 a 02/10/2012</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>03</b>	<b>748,98</b>
<b>CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL TURMA 01</b>		<b>10/10/2012 A 21/10/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>8.331,74</b>
<b>CURSO SIAPE CADASTRO – ESAF</b>	<b>40h/a</b>	<b>04/11/2012 A 10/11/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>2.623,02</b>

<b>CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM ABORDAGEM E TIRO</b>		<b>26/11/2012 A 13/12/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>3.711,74</b>
<b>CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL TURMA 2</b>		<b>02/12/2012 A 16/12/2012</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>12.227,71</b>
<b>I WORKSHOP DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA</b>		<b>10/12/2012 A 14/12/2012</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>3.936,79</b>
<b>PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E TERCEIRIZADAS DE BENS.</b>	<b>16h/a</b>	<b>11/12/2012 A 14/12/2012</b>	<b>06</b>	<b>00</b>	<b>06</b>	<b>30.214,50</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>492</b>	<b>00</b>	<b>492</b>	<b>497.196,78</b>

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
64.581.000,00	99.618.347,00	1.244.530,01	1.078.388,50	0	166.141,51	1.078.388,50
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Procedimento realizado</b>	<b>Unidade</b>				1.078.388,50

Análise Crítica:

As ações de policiamento são efetuadas de forma isolada por parte da Polícia Rodoviária Federal ou em parcerias com os diversos órgãos: Polícia

Federal, IBAMA, Polícia Civil e Militar dos Estados, Ministério Público (Federal e Estadual), Receita Tributária (Federal e Estadual), Agências reguladoras de serviços públicos(ANTT, ANVISA, EMBRATEL, ANP), Ministério Público(Estadual, Federal e do Trabalho) e demais órgãos estaduais de fiscalização. No desempenho das atividades descritas há prestação de serviços em parceria por solicitação ou em razão de cooperação técnica ao longo das rodovias federais e fora destas.

MISSÃO	POLICIAIS	PERÍODO	VALOR DIÁRIAS	
LABRADOR	4	12 a 13/04/2012	R\$ 1.858,50	
MOTOVIDA	10	09 a 11/02/2012	R\$ 4.425,00	
MOTOVIDA	22	09 a 10/01/2012.	R\$ 5.724,56	
MOTOVIDA	8	14 a 16/09/2012	R\$ 6.372,00	<b>DIÁRIAS</b>
MOTOVIDA	7	20 a 28/10/2012	R\$ 3.634,14	R\$ 0,00
MOTOVIDA	10	04 a 07/05/2012	R\$ 3.717,00	R\$ 0,00
MOTOVIDA	13	02/03/12	R\$ 0,00	\$ 4.204,04
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA 2012	4	30 a 14/11/2012	R\$ 1.093,04	\$ 1.836,52
REFORÇO PICOS	6	13 a 16/07/2012	R\$ 10.620,00	R\$ 0,00
REFORÇO PICOS Adt. 01	8	18 a 23/07/2012	R\$ 2.013,44	\$ 3.319,04
REFORÇO PICOS Adt. 02	8	25 a 30/07/2012	R\$ 2.013,44	R\$ 0,00
REFORÇO PICOS Adt. 03	6	03 a 08/08/2012.	R\$ 1.537,72	\$ 1.294,28
REFORÇO PICOS Adt. 04	2	12 a 13/08/2012	R\$ 503,36	\$ 1.947,00
REFORÇO PICOS Adt. 05	2	18 a 19/08/2012	R\$ 531,00	\$ 3.540,00
REFORÇO PICOS Adt. 06	4	25 a 26/08/2012	R\$ 1.034,36	\$ 3.540,00
REFORÇO FLORIANO	6	25 a 28/05/12	R\$ 3.714,75	\$ 1.239,00
REFORÇO PICOS	17	17a 21/05/2012	R\$ 7.699,50	\$ 1.239,00
REFORÇO PIRIPIRI	5	25/05/12	R\$ 442,50	\$ 3.540,00
SALVA VIDA S	15	02/03/12	R\$ 0,00	\$ 1.062,00
SALVA VIDAS	10	06/07/12	R\$ 0,00	\$ 3.822,30
SALVA VIDAS	6	11/11/12	R\$ 0,00	\$ 5.379,45
SALVA-VIDAS	9	03 a 04/08/2012	R\$ 0,00	\$ 3.609,36
SÃO CUPERTINO	6	21/09/12	R\$ 448,08	\$ 1.510,12
SÃO JOÃO	21	22/06 a 02/07/2012	R\$ 10.460,70	11.682,00
SEMANA SANTA 2012	46	05 a 08/05/2012	R\$ 19.904,78	\$ 2.868,17
SOLON	16	05/10 E 11/10/2012	R\$ 0,00	\$ 2.364,81
STRIKE	10	13 a 16/09/2012	R\$ 5.918,80	\$ 3.270,57
STRIKE	6	24 a 27/10/2012	R\$ 2.406,30	\$ 8.836,44
TCH ZERO	7	06/03 a 07/03/2012	R\$ 1.665,16	\$ 8.449,23
TRABALHADOR	29	27/04 a 01/05/2012	R\$ 8.554,50	\$ 3.540,00
TRANSPORTE SEGURO	3	19 a 22/04/2012	R\$ 1.858,50	\$ 3.280,08
TRANSPORTE SEGURO	4	24 a 25/07/2012	R\$ 1.201,80	\$ 1.500,00
VAQUEJADA	6	02 a 09/12/2012	R\$ 1.390,86	R\$ 265,00
VELOCIDADE SEGURA	2	06 a 19/12/2012	R\$ 951,44	\$ 8.850,00
VELOCIDADE SEGURA	2	22 a 23/12/12	R\$ 531,00	\$ 3.103,08
VELOCIDADE SEGURA	2	27 a 28/12/12	R\$ 475,72	\$ 5.044,50
VIAGEM LEGAL		06 a 07/01/2012.	R\$ 0,00	\$ 3.673,29
				22.580,32
				\$ 9.877,57
<b>GASTOS COM DIÁRIAS EM 2012</b>			<b>R\$ 254.208,12</b>	pele ANTT





**ACIDENTES – PIAUÍ 2012**

	Quantidade Acidentes	Feridos Leve	Feridos Grave	Vítimas Fatais
<b>TOTAL</b>	<b>2765</b>	<b>1020</b>	<b>643</b>	<b>235</b>

**FISCALIZAÇÃO GERAL 2012****PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Fiscalização de Alcoolemia		
		Testes	Autuações	Prisões
<b>164.421</b>	<b>125.850</b>	<b>9.764</b>	<b>806</b>	<b>311</b>

**AUTUAÇÕES 2012**

Autuações Radar	CTB com abordagem	CTB sem abordagem
<b>1.240</b>	<b>32.762</b>	<b>23.062</b>

**FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**

Veículos Retidos	CRLV Recolhidos	CNH's Recolhidas	Auxílios	Escolta / Batetor	Animais Recolhidos
<b>5.848</b>	<b>4.121</b>	<b>1.030</b>	<b>859</b>	<b>47</b>	<b>2.531</b>

**CRIMINALIDADE – APREENSÕES / PRISÕES**

Aprensões	Drogas	Contrabando	Arma de Fogo	Munições	Aprensões Ambientais	Veículos Recuperados	Pessoas Detidas	Menor Encaminhado
Ocorrências	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>130</b>	<b>622</b>	<b>20</b>
Quantidade	<b>36kg</b>	<b>60.000un</b>	<b>33</b>	<b>1.093</b>		<b>130</b>	<b>622</b>	<b>20</b>

Identificação da Ação						
Código	2816					
Descrição	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.800.000,00	43.653,66	43.653,66	0	0	43.653,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Operação realizada</b>	<b>Unidade</b>				43.653,66

**Análise Crítica:**

O Núcleo de Inteligência da 17ª SRPRF/PI, no ano de 2012, realizou 31 (trinta e uma) operações nas diversas regiões do Estado do Piauí, visando a produção do conhecimento com o objetivo de subsidiar o planejamento e a execução de ações ostensivas da Regional, atingindo resultados de forma mais eficiente e eficaz.

Identificação da Ação						
Código	8623					
Descrição	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.250.000,00	14.311.000,00	14.437,50	0	0	14.437,50	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Unidade reformada/modernizada</b>	<b>Unidade</b>				0

### Análise Crítica:

Ainda que previsto recurso orçamentário para a manutenção de edificações, não foi possível sua execução uma vez que o processo administrativo de nº 08.668.000.965/2012-11, cujo objeto trata da contratação desses serviços, e, apesar de sua abertura em 20 de abril de 2012, fora direcionado por duas vezes para análise jurídica pela Advocacia-Geral da União. Na Nota nº 110/2012, de 05/11/2012, da Consultoria Jurídica da Advocacia da União constante nos autos, o douto parecerista recomenda que a Administração promova adequado levantamento das suas necessidades imediatas e futuras, discriminando cada um dos serviços e materiais que deverão ser utilizados na manutenção predial. Nesse sentido, deve a Administração primeiramente realizar o levantamento das necessidades mediante contratação de empresa para posterior contratação de empresa de manutenção predial. A Administração está envidando todos os esforços no sentido de implementar a manutenção predial no exercício de 2013.

Frente ao posicionamento da Advocacia quanto à manutenção predial, a Administração publicou por duas vezes o Convite nº 01/2012, que trata da contratação de serviços de empresa especializada na realização de obra de manutenção da edificações dos postos e delegacias da Regional, conforme os autos do processo administrativo de nº 08.668.003.102/2011-14. Na primeira sessão, apenas uma empresa se fez presente, apesar do convite a quatro empresas locais através de ofícios. Não atingido o número mínimo de três empresas interessadas, fora a sessão encerrada nos termos do §3º do Art. 22 da Lei nº 8.666/1993. Reaberta a sessão, nenhum interessado compareceu à sessão, ainda que convidadas de forma eletrônica 56 (cinquenta e seis) empresas locais cadastradas no comprasnet mediante consulta parametrizada, das quais 19 (dezenove) retiraram o edital correspondente, o que demonstra existir mercado suficiente. Diante da ausência, a Administração evoluiu os autos à Advocacia da União quanto à possível dispensa com fulcro no Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93, a qual respondeu que não se dispensa licitação fracassada ou deserta, nos termos da Orientação Normativa da AGU de nº 12/2005.

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.720.000,00	44.530.666,00	386.024,64	261.980,95	0	124.043,69	261.980,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Sistema mantenido</b>	<b>Percentual de manutenção</b>				261.980,95

### Análise Crítica:

Foi realizada a renovação do Contrato 04/2010, através de Termo Aditivo, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas e equipamentos de rádio comunicação.

Foi realizado a renovação do Contrato 12/2011, através de Termo Aditivo, referente a contratação de empresa especializada de telefonia para fornecimento de serviços de telefonia fixa local – Tronco digital E1 para a sede da Regional, LDN e LDI.

Foi realizado através do Contrato 04/2012, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de Impressoras Multifuncionais, em um total de 26 equipamento para atender a Sede da Regional, Delegacias e Postos.

Foi realizado a renovação do Contrato 15/2011, através de Termo Aditivo, referente a contratação de empresa especializada de telefonia para fornecimento de serviços de telefonia fixa comutado - STFC, para atender aos Postos e Delegacias da Regional.

Foi realizado através do Contrato 07/2012, a contratação de um Técnico em Informática, para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativos e atividades auxiliares.

Foi realizada a aquisição de 65 No-Break de 700VA através do Contrato 12/2012, 01 No-Break de 10KVA, através do Contrato 12/2012, 03 Servidores de Rede através do Contrato 15/2012 e 31 monitores de vídeo através do Contrato 16/2012.

Identificação da Ação						
Código	86A1					
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.000.000,00	69.980.000,00	6.668,88	0	0	0	6.668,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Multa processada</b>	<b>Unidade</b>				6.668,88

Análise Crítica:

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2012 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito.

A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, restituição de valor e cancelamento de infrações.

Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio a Superintendência, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2012, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, sendo que o quantitativo de equipamentos de informática (computadores e monitores) foram insuficientes.

Comparando com o ano de 2011, houve uma redução de 47% no que se refere à autuações pagas e notificações de penalidades enviadas.

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	23.000.000,00	192.829,73	192.829,73	0	0	<b>192.829,73</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Evento Apoiado</b>	<b>unidade</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	-	<b>192.829,73</b>

Análise Crítica:

A 17ª SRPRF/PI vem cumprindo as metas definidas pela Administração Central (DPRF).

Identificação da Ação						
Código	2B11					
Descrição	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	NÃO SE APLICA					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

**Análise Crítica:**

Durante o ano de 2012 não houve aquisição de equipamentos de contagem volumétrica ou equipamentos de fiscalização de velocidade.

Durante o ano de 2012 o único equipamento radar disponível nesta regional permaneceu em manutenção de Março a Julho de 2012 no Estado de São Paulo. Após o seu retorno o mesmo teve sua utilização reduzida em razão da falta de operadores.

Com relação a gastos com o equipamento houve apenas um gasto de R\$ 850,00 com manutenção do mesmo.

Identificação da Ação						
Código	4290					
Descrição	ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS					
Iniciativa	NÃO SE APLICA					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

--	--	--	--	--	--	--

Análise Crítica:

ACIDENTES 2012				
Ano	Acidentes	Feridos	Mortos	Pessoas Socorridas
2011	2833	1739	236	72
2012	2678	1624	235	76

Tímida redução em números absolutos, porém redução expressiva em números relativos levando-se em conta o aumento da frota.

#### COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS

Ano	Comandos de Saúde	Profissionais	Pessoas atingidas
2011	03	50	320
2012	03	50	365

Os comando de saúde visam verificar a saúde de motoristas profissionais nos postos PRF com o objetivo de alertar os mesmo quanto ao cuidado com a saúde. O objetivo maior é a prevenção de acidentes.

Identificação da Ação						
Código	8692					
Descrição	EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS					
Iniciativa	NÃO SE APLICA					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00					

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

#### Análise Crítica:

A Polícia Rodoviária Federal como órgão integrante do quadro de segurança pública no país deverá sempre buscar meios e formas de utilizar os recursos humanos e materiais com maior e mais visível eficiência sob pena de sucumbir frente ao avanço da sociedade e às cobranças desta.

Desta forma a 17ª SRPRF/PI vem buscando ao longo dos últimos anos melhorar seus resultados operacionais no sentido de cumprir seu papel nesta função de repassar ao cidadão sensação de segurança. Isto se dar com uma melhor estruturação dos postos fixos com materiais e meios para o policial desempenhar sua função. A busca por resultados mais expressivos e a aproximação do órgão com o cidadão fiscalizado torna esta tarefa mais fácil. Assim a aproximação da Polícia Rodoviária Federal aos fiscalizados através de campanhas e palestras de trânsito faz com que tenhamos uma redução no cometimento de infrações administrativas e penais. Esta mesma aproximação com a divulgação da instituição, seus objetivos intenções faz com que os atos repressivos sejam compreendidos pelo cidadão.

Período	Tema	Tipo de Ação	Local	Público
Fevereiro	Educação de trânsito	Palestras	Institutos de educação	150
Março	Trânsito (Álcool, velocidade)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	200
Abril	Trânsito (Motociclista)	Palestras	Associações profissionais	120
Maiο	Trânsito (Motociclista)	Palestras	Associações profissionais	130
Junho	Trânsito (Viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	200
Julho	Trânsito (Viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	200
Agosto	Trânsito (Regras gerais)	Palestras	Empresas transportes	300
Setembro	Semana Nacional Trânsito	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	450
Outubro	Trânsito (Álcool, ultrapassagens)	Palestras	Transportadoras	180
Novembro	Trânsito (viaje com segurança)	Palestras	Escolas Públicas e Privadas	230
<b>Pessoas Atingidas</b>				<b>2.160</b>



Identificação da Ação						
Código		86A1				
Descrição		PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL				
Iniciativa		NÃO SE APLICA				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	6.668,88	0	0	0	6.668,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

#### Análise Crítica:

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2012 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito. A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, restituição de valor e cancelamento de infrações.

Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio a Superintendência, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2012, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, sendo que o quantitativo de equipamentos de informática (computadores e monitores) foram insuficientes.

Comparando com o ano de 2011 houve uma redução de 47% no que se refere à autuações pagas e notificações de penalidades enviadas.

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Iniciativa	NÃO SE APLICA					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	1.988.772,51	1.739.255,69	0	249.516,82	1.739.255,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						1.739.255,69

Análise Crítica:

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens moveis e imoveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Foram firmados os seguintes contratos no ano de 2012 com esta 17ª SRPRF/PI:

- 01/2012 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza e Conservação, com 01 (um) posto de copeira, 01 (um) posto de jardineiro e 18 (dezoito) postos de auxiliar de serviços gerais, 05 (cinco) dias da semana, de segunda a sexta-feira, , no Edifício Sede da 17ª SRPRF, situada à Av. João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Teresina/PI e delegacias e postos de fiscalização, conforme descrição do Termo de Referência.
- 02/2012 – Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de passagens aéreas nacionais, para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins.
- 03/2012 – Contratação Direta, por inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção em 32(trinta e dois) equipamentos de etilômetros, marca Alco-sensor IV, modelo Intoximeters, pertencentes a 17ªSRPRF/PI, com a possibilidade de inclusão de outros que venham a ser patrimoniados pela 17ª SRPRF/PI, com fornecimento de peças e serviços.
- 04/2012 – Contratação de serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais, com sistema de compensação de cópias/impressões, incluindo o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis e prestação de assistência técnica/manutenção destinados a atender aos escritórios da sede da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais.

- 05/2012 – Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Agente de Integração para o preenchimento de vagas para estagiário, com a atribuição de intermediar junto a instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
- 06/2012 – Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de consumo, qual seja, água mineral, com o fornecimento dos vasilhames em regime de comodato, para atender as necessidades das Delegacias, Postos e demais unidades operacionais da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.
- 07/2012 – Contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e atividades auxiliares, de Técnico em Secretariado, Recepcionista, Técnico em Informática, Telefonista, Tratador de Animais e Motorista, de forma contínua, com regime de execução indireta, a serem executados nas dependências da Sede da Regional.
- 08/2012 – Contratação de serviços de intermediação junto às empresas de transporte aéreo, compreendendo o transporte de cargas vivas (cães farejadores) de âmbito Nacional, para atender as necessidades desta Unidade Jurisdicionada.
- 09/2012 – Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lataria e pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para realização de consertos/reparos nos veículos oficiais da 17ª SRPRF/PI.
- 10/2012 – Carta Contrato, na qual a empresa se obriga a fornecer papel A4, tipos alcalino e reciclado, para a Unidade Regional.
- 11/2012 – Contratação de serviços de publicidade legal, conforme diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM;
- 12/2012 – Aquisição de aparelhos do tipo no-break, incluindo serviços de assistências técnicas on-site e garantia.
- 13/2012 - Contratação por regime de execução indireta com empreitada por preço global, de empresa especializada para a prestação dos serviços continuados de manutenção corretiva, de limpeza e de higienização, aplicação de antibactericida e antifúngicos, bem como instalação de aparelhos de ar condicionado, incluindo o fornecimento e instalação de peças, insumos, componentes originais e/ou genuínos do fabricante do equipamento, acessórios e outros necessários à execução contratual, bem como manutenção de refrigeradores, geladeiras, frigobar, freezer e bebedouros, com fornecimento e instalação de peças, insumos, componentes originais e/ou genuínos do fabricante do equipamento, acessórios e outros necessários à execução contratual, todos esses equipamentos pertencentes à 17ª SRPRF/PI.
- 14/2012 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de agência de viagens, para os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, com execução indireta, mediante o regime de preço unitário, para atender às necessidades da 17ª SRPRF/PI.
- 15/2012 e 16/2012– Contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente para tecnologia da informação.
- 17/2012 - Aquisição de Cintos de Guarnição, visando atender às necessidades da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

A 17ªSRPRF, no decorrer do exercício de 2012, adquiriu materiais vinculados diretamente às atividades fins, tais como materiais permanentes de informática, entre eles, monitores de LCD, servidores de rede, com intuito de dotar os postos e delegacias de equipamentos que viabilizem o trabalho do servidor policial rodoviário federal.

Não se pode deixar de mencionar que foram registradas 20 (vinte) atas de registro de preços resultantes de certame deflagrado pela 17ª SRPRF/PI como órgão gerenciador. Destacam-se as de material permanente, tais como aparelho de ar condicionado dos tipos split e janela, fogões, refrigeradores, bebedouros, com o escopo de substituir os existentes e já obsoletos. As atas relativas a materiais da área de inteligência englobam itens de claviculário,

cofres eletrônicos, fechadura biométrica, máquinas fotográficas e navegador portátil. A aquisição desses materiais proporcionará uma maior segurança orgânica da Sede, Postos e Delegacias, bem como serve de proteção ao patrimônio público.

Ao todo, foram realizados 14 (quatorze) pregões eletrônicos, 01 (um) convite para manutenção de edificações, 31 (trinta e uma) dispensas e 15 (quinze) inexigibilidades, com o escopo de fomentar a continuidade e manutenção dos serviços da Polícia Rodoviária Federal desde o âmbito interno de suas unidades até o usuário em trânsito nas rodovias federais ou mesmo a sociedade, ainda que indiretamente, afetada.

#### 4.1.2. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

##### Quadro A.4.2 – Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da 17ª SRPRF/PI

Identificação da Ação						
Código		0181				
Descrição		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
831.993.000,00	872.493.000,00	9.103,19	9.103,19	0	0	<b>9.103,19</b>
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Não se aplica</b>		-	-	-	<b>9.103,19</b>

Análise crítica:

Em relação ao ano de 2011, a aposentadoria voluntária teve seu quantitativo duplicado em 2012. Quanto à compulsória, o número permaneceu o mesmo. A execução do pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores civis se aplica à Administração Central do DPRF/MJ.

Identificação da Ação	
Código	2000
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ

Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
82.749.000,00	97.222.000,00	1.988.772,51	1.739.255,69	0	249.516,82	1.739.255,69
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Não se aplica</b>					<b>1.739.255,69</b>

Análise crítica:

Como condições para a execução das contratações e aquisições pela Regional, faz-se imprescindível prévia declaração de disponibilidade orçamentária, ou seja, previsão da destinação de recursos para atender esses serviços e materiais. Entretanto, como a solicitação da previsão de declaração de disponibilidade se baseia em valores estimados e como a 17ª SRPRF/PI se faz de uso frequente do pregão eletrônico em relação às demais modalidades ou dispensas ou inexigibilidades, necessariamente o valor estimado irá, ao final do certame, ser reduzido de forma considerável.

Ainda, nem sempre a vigência de um contrato coincide de forma exata com a do ano, portanto é comum os empenhos ultrapassarem os valores liquidados, pois se considera o valor do empenho aquele a perdurar durante toda a execução contratual, muitas vezes a ultrapassar o exercício financeiro, em caso de serviços de natureza contínua.

Isso explica o fato da despesa liquidada ser inferior à empenhada. Importa atentar para o fato da despesa liquidada coincidir com o valor pago, o que demonstra controle nos gastos e devido acompanhamento da execução financeira.

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2004					
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.339.912,00	30.039.912,00	-	-	-	-	-
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Pessoa beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na Regional.

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.460.000,00	2.460.000,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Criança atendida</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.460.000,00	2.460.000,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Servidor beneficiado</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

Código	2012					
Descrição	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.000.000,00	35.700.000,00	-	-	-	-	-
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Servidor beneficiado</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	20CW					
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.231.020,00	1.231.020,00	-	-	-	-	-
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Servidor beneficiado</b>	<b>Unidade</b>	-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	20TP
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ

Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.149.644.555,00	1.168.644.555,00	-	-	-	-	-
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Não se aplica</b>		-	-	-	-

Análise Crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		09HB				
Descrição		CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
260.737.409,00	260.737.409,00	-	-	-	-	-
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Não se aplica</b>		-	-	-	-

Análise crítica:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	2000
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ



Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Não se aplica</b>					

NOTA: REINSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR RELATIVA AO PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO (PPA 2008– 2011).

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2004					
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Não se aplica</b>					

NOTA: REINSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR RELATIVA AO PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO (PPA 2008– 2011).

Quadro A.4.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias da 17ª SRPRF/PI

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ	30107	200109

#### 4.2. Programação de Despesas

Como esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária, não serão preenchidos os Quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10 constantes na Portaria

TCU nº 150/2012. O subitem 4.2.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários também não se aplica à UJ por não ser Unidade Orçamentária, portanto os Quadros A.4.5 e A.4.6 relativos à Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ não serão preenchidos, ou seja, não foram executados pela 17ª SRPRF os créditos iniciais recebidos da LOA e os créditos adicionais obtidos ao longo do exercício.

Quadro A.4.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200109	200127	0181			9.103,19
				14M3			192.829,73
				20IC			160.532,52
				20RM			713,58
				2000			1.956.487,77
				2346			68.305,19
				2347			42.375,00
				2524			190.480,44
				2723			1.244.530,01
				2816			43.653,66
				86A1			6.668,88
				8623			14.437,50
				8698			349.105,69
				8761			75.000,00
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200109	200127	2000	32.284,74		
				8698	36.918,95		

<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>						
	<b>Recebidos</b>						

**Fonte:**

#### 4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.2.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.7 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.872.525,24	2.373,809	1.872.525,24	1.518,497,76
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>				
g) Dispensa	410.964,42	200.795,87	410.964,42	150.082,00
h) Inexigibilidade	101.053,27	63.114,90	101.053,27	58.774,12
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
i) Suprimento de Fundos	3.446,36		3.446,36	
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	1.211.804,95		1.211,804,95	
<b>5. Outros</b>		<b>1.199.286,29</b>		<b>1.129.403,48</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.599,794,24</b>			

Fonte:

#### 4.2.2.1. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.8 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08-outros benefícios assistenciais	9.103,19	10.544,14	9.103,19	10.544,14	0	0	9.103,19	10.544,14
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
14-DIÁRIAS	1.211.804,95	557.291,96	1.211.804,95	556.890,91	0	401,05	1.211.804,95	556.890,91
30 - MATERIAL DE CONSUMO	883.030,97	956.780,13	686.336,97	601.917,12	196.694,00	354,863,01	686.336,97	601.917,12
33 - PASSAGENS AÉREAS	248.754,21	70.803,31	175.943,34	57.905,84	72810,87	12.897,47	175.943,34	57.905,84
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	978.683,60	730.466,63	809.063,92	701.158,55	169.619,68	29.308,08	809.063,92	701.158,55
39 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	865.210,40	754.366,52	701.255,48	587.081,77	163.954,92	167.284,75	701.255,48	587.081,77
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	9.850,00	8.070,00	8.713,11	6.136,08	1.136,89	1.933,92	8.713,11	6.136,08
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	147.785,84	214.244,54	110.789,16	214.244,54	36.992,68	0	110.789,16	214.244,54
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	78.230,44	0	78.230,44	0	0	0	78.230,44
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	69.203,69	449.906,54	28.322,44	37654,80	40.881,25	412.251,74	28.322,44	37.654,80
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								

Análise Crítica:

O curso de formação de instrutores, a capacitação de servidores, a proximidade das Olimpíadas e Copa das Confederações proporcionaram uma duplicação de gastos com diárias e quadruplicou o de passagens aéreas em relação ao ano anterior. Para suprir os interesses da Unidade Regional, houve um aumento progressivo do número de contratos, o que resultou numa maior despesa.

Em virtude da restrição de descentralização de recursos de natureza de investimento em 2012, não houve um número expressivo quanto à despesa, apesar, refrise-se, de ter a 17ª SRPRF/PI firmado várias atas de registro de preços com fornecimento de material permanente de natureza de investimento

O acréscimo nos valores pagos em 2012 em serviços de terceiros se deve à contratação de serviços de apoio administrativo, em quantidades e postos diversos dos anos anteriores e com o escopo de suprir por completo as necessidades da Administração quanto a esses serviços.

Os créditos orçamentários recebidos contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal no âmbito da Regional, ao prover as atividades com equipamentos de informática, com prioridade aos Postos de fiscalização e Delegacias.

Por não ser a UJ responsável pelo planejamento e diretrizes quanto ao orçamento, a limitação orçamentária adveio do órgão central (DPRF), restringindo-se a UJ apenas quanto à execução orçamentária do que for descentralizado pelo DPRF, buscando fazê-lo de forma eficiente, procurando otimizar os resultados operacionais.

## **5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **5.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.**

Informamos que nesta 17ªSRPRF, UG:200127/00001, exercício 2012, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, logo, não se verificou qualquer movimentação nas Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A 17ª SRPRF/PI não tem nenhum convênio de repasse de recursos para órgãos estaduais e municipais, para que estes executem ação governamental sob sua responsabilidade, por esse motivo não se aplicam a esta UJ transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício 2012.

### **5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.**

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação. Em razão disso, somente as UJ que tenham recebido créditos originários, ou seja, que sejam UO ou tenham UO entre as unidades consolidadas ou agregadas devem preenchê-los (Quadros A.4.12 e A.4.13 e A.5.9), o que não é o caso da Regional.

#### **5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

##### **Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	0	0	0	0

2010	0	0	0	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	980.279,53	43.022,79	873.734,16	63.522,58
2010	1.062,294,26	98.209,66	964.084,60	0
...				

Fonte:

Análise Crítica:

Os saldos de restos a pagar não processados de 2011 e de 2010 referem-se a despesas ainda não liquidadas e que serão analisadas pelo Núcleo de Orçamento e Finanças, cujos valores serão analisados pela área para posterior pagamento da despesa ou cancelamento da inscrição, se for o caso.

### 5.3. Suprimento de Fundos

#### 5.3.1. Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos

O Quadro A.5.9 não se aplica à Unidade Jurisdicionada, quando as despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos se deram por Cartão Corporativo e não por Conta Tipo “B”.

##### 5.3.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200127				3.446,36	3.446,36
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>			3.446,36	3.446,36

### 5.3.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA	287804183-68	1500,00	0	1270,98	1270,98
WELINGTON BATISTA RODRIGUES	286262733-04	1500,00	0	584,00	584,00
TARCISIO DA CRUZ RODRIGUES	217679713-20	1500,00	0	159,35	159,35
MARIO AUGUSTO RIBEIRO	240480623-87	1500,00	0	1432,03	1432,03
<b>Total Utilizado pela UG</b>					3.446,36
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte:

### 5.3.1.3. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	-	-	x	3.446,36	3.446,36
2011	-	-	-	-	0	0,00	0,00
2010	-	-	-	-	0	0,00	0,00



Fonte:

#### 5.3.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	5	3.446,36	-	-	-	-

Fonte:

#### 5.5. Informações sobre Renúncia Tributária

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à PRF, vejamos:

**5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;**

**5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida;**

**5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física ;**

**5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica;**

**5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária;**

**5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;**

**5.5.7 Comunicações à RFB;**

**5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas;**

**5.5.9 Declaração;**

**5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

Justificativa: A PRF não arrecada, nem tem competência para renunciar tributos.

## **6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.**

Não foram incluídos os subitens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 e respectivos quadros da DN nº 150/2012, pois não há servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, nem mesmo empregados terceirizados substituídos. A realização de concursos e provimentos adicionais compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e não à 17ª SRPRF/PI. O Relatório de Gestão de 2012, no tópico “2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada”, explicitou que a PRF ainda não desenvolveu indicadores institucionais para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão, por essa razão não houve a inserção do item 6.1.8- Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, previsto na Portaria TCU nº 150/2012.

### **6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos**

#### **6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		247	13	
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		247	13	2
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		247	13	2
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0

1.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		247	13	2

Fonte:

## 6.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>

Fonte:

### 6.1.3. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	NÃO HÁ	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	NÃO HÁ	0	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	NÃO HÁ	0	0	0
1.2.5. Aposentados	NÃO HÁ	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	NÃO HÁ	25	14	17
2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	NÃO HÁ	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	NÃO HÁ	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	NÃO HÁ	25	15	17

Fonte:

### 6.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Proveniente de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	13	70	97	31	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Proveniente de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0

2.3. Funções gratificadas	0	15	9	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>13</b>	<b>85</b>	<b>107</b>	<b>32</b>	<b>10</b>

### 6.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	13	70	97	31	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	15	9	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>13</b>	<b>85</b>	<b>107</b>	<b>32</b>	<b>10</b>

Fonte:

### 6.1.6. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	4	86	129	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções gratificadas					8	17			
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>2</b>	<b>4</b>	<b>94</b>	<b>147</b>			

#### **LEGENDA**

#### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou

técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

### **6.1.7. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada**

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores



Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuiçõ es	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2012	24.957.277	9900,00	3.320.333	0,00	0,00	1.780.214	16.227	4.195	45.856	3.01340.01
	2011	24.103.502	8.960	2.957.211	0,00	0,00	1.768.266	9689	0,00	88028	28.935.656
	2010	23.222.149	7843	2.829.267	226,548	0,00	13.363.85	2995	2878	46.679	27.674.745
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	88676,00	20049,00	19454,00	0,00	0,00	3569,00	0,00	0,00	0,00	131748,00
	2011	84353,00	21746,00	21746,00	0,00	0,00	10015,00	37,00	0,00	0,00	129.121,00
	2010	128590,00	29103,00	29103,00	0,00	0,00	20080,00	0,00	0,00	354,12	197.581,00
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2012	3315524,00	91700,00	431992,00	0,00	0,00	210075,00	4119,00	185,00	3734,00	4057330,00

	<b>2011</b>	3531154,0 0	102206,00	485009,00	0,00	0,00	224955,00	5076,00	0,00	18167,0 0	4366567,00
	<b>2010</b>	3354558,0 0	98041,00	439981,00	4032,00	0,00	168167,00	625,00	511,00	8856,00	4074771,00

Fonte:

### 6.1.8. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 6.1.8.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	94	2
1.2 Compulsória	4	1
1.3 Invalidez Permanente	6	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>106</b>	<b>3</b>

#### 6.1.8.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	34	4
1.2. Proporcional	4	-
<b>2. Em Atividade</b>	20	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>58</b>	<b>4</b>

Fonte:

## 6.1.9 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.

### 6.1.9.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.

Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	723		129	170
Concessão de aposentadoria	179	243	268	283
Concessão de pensão civil	124	127	169	109
Concessão de pensão especial a ex-combatente	//	//	//	//
Concessão de reforma	//	//	//	//
Concessão de pensão militar	//	//	//	//
Alteração do fundamento legal de ato concessório	147	7	Falta levantar	falta levantar
<b>Totais</b>	<b>1173</b>	<b>377</b>	<b>566</b>	<b>562</b>

Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	73	77	42	65
Cancelamento de concessão	08	25	14	38
Cancelamento de desligamento	0	3	0	3
<b>Totais</b>	<b>81</b>	<b>105</b>	<b>56</b>	<b>106</b>

Quadro A.6.11 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	5	70	25	29
Concessão de aposentadoria	38	10	25	169*
Concessão de pensão civil	37	19	8	99
Concessão de pensão especial a ex-combatente	////	/////	////////	////////
Concessão de reforma	////	/////	////////	////////
Concessão de pensão militar	////	/////	////////	////////
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	13
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>99</b>	<b>58</b>	<b>141</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	2	9	6	25
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>25</b>

**Observação:** Segundo informações da área de concessão de aposentadorias e pensões do DPRF (SEAP/CGRH), o exercício de 2012 foi um ano atípico em relação à quantidade de concessões e à consequente necessidade de inserção das informações no SISAC, visto que mais de 500 autos processuais relativos à mudança de fundamento legal em decorrência da ECº 70/2012, que demandaram, juntamente com o serviço cotidiano, volume de trabalho superior à capacidade de atualização do Setor responsável. Em virtude de tal dificuldade, que está sendo sanada através da convocação de comissões específicas para atualização da demanda reprimida, as informações referentes a esta planilha não podem ser prestadas de forma confiável no presente momento. Ao concluirmos a inserção dos processos pendentes no SISAC pela mencionada comissão, informaremos a este Tribunal.

\* inclui atos publicados em anos anteriores e cadastrados em 2012

### 6.1.9.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.

*Quadro A.6.12- sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).*

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	4	6	4	6
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>

### 6.1.9.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

*Quadro A.6.13- Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.*

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	6	13	1	1
Concessão de aposentadoria	3	11	1	1
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SEAP/ CGRH/DPRF/MJ – consulta em 2013.

## 6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 6.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal											CNPJ: 00.394.494/0122-23		
UG/Gestão:200127													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	29/2011	PIVSEG-PIAUÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (10674819/0001-98)	26/12/11	25/12/13			8	8			A
<b>Observações:</b> O Edital relativo à contratação prevê comprovação de formação técnica específica da mão-de-obra mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, é o constante no subitem 6.1. do Anexo I-Termo de Referência.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome:17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal											CNPJ: 00.394.494/0122-23		
UG/Gestão:200127													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
		O	14/2009	HAVAÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (08.578.865/0001-41)	28/12/2009	27/12/2013			4	4			P

2009	V													
<b>Observações:</b> O Edital relativo à contratação prevê comprovação de formação técnica específica da mão-de-obra mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, é o constante no subitem 5.1. do Anexo I-Termo de Referência.														
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Unidade Contratante													
Nome: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200127							CNPJ: 00.394.494/0122-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	Ordinária	01/2012	BETÂNIA SERVIÇOS GERAIS LTDA 05.695.725/0001-65	12/01/2012	11/01/2014	20	20					p
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200127							CNPJ: 00.394.494/0122-23						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	13	O	07/2012	GESTOR DE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA 02.685.728/0001-20	11/04/12	10/04/13			13	13			A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>				<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis</li> <li>12. Brigadistas</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>14. Outras</li> </ol>													



## 6.2.2. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	3	3	3	2	13.138,13
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	20	26	29	29	84.647,83
<b>3. Total (1+2)</b>	23	29	32	32	97.785,96

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

O subitem 7.2.2. e o Quadro A.7.2-Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros por não ter a UJ locado imóveis de terceiros no exercício de 2012.

### 7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, são as seguintes:

- Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração – DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com um efetivo de 231 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Departamento) e em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura da 17ª SRPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

<b>Frota da 17ªSRPRF por grupo</b>			
Institucional	Caracterizada	Descaracterizada	Reservada
01	48	12	03
<b>17ªSRPRF TOTAL</b>	<b>64</b>		

\* Fonte Sistema SIPAC.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

<b>Frota Sede DPRF por grupo</b>				
Classificação do Grupo	Institucional	Caracterizada	Descaracterizada	Reservada
Média Anual de Km Rodados	9.956	17.770,56	15.184,08	17.512

\*Fonte Sistema Ticket Car.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

<b>Idade Média da Frota Sede DPRF por grupo</b>				
Classificação do Grupo	Institucional	Caracterizada	Descaracterizada	Reservada
Idade Média das Viaturas	2 anos	4,31 anos	3,75 anos	6,33 anos

\* Fonte Sistema SIPAC.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

<b>Custos associados a manutenção</b>	
Manutenção (preventiva e corretiva)	R\$ 274.718,91
Combustíveis	R\$ 408.548,58
Taxas (Seguro Obrigatório etc.)	R\$ 10.256,83

g) Plano de substituição da frota;

Medida aplicável no âmbito do DPRF, o qual informa que anualmente cerca de 500 veículos são leiloados pelo próprio DPRF e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Por ser critério adotado exclusivamente a nível central, o DPRF justifica a seguir a escolha da aquisição em detrimento da locação. A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota da 17ª SRPRF/MJ contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e

Contratos – SIPAC, que entre suas funcionalidades está o módulo Transportes, de onde se realiza toda a gestão/controla da frota de veículos. Registre-se ainda, o Sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis.

## 7.2 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.

### 7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>PIAUÍ</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
	Teresina	<b>04</b>	<b>04</b>
	Campo Maior	<b>01</b>	<b>01</b>
	Piripiri	<b>01</b>	<b>01</b>
	Piracuruca	<b>01</b>	<b>01</b>
	Florianópolis	<b>01</b>	<b>01</b>
	Picos	<b>01</b>	<b>01</b>
	Valença	<b>01</b>	<b>01</b>
	Alegrete	<b>01</b>	<b>01</b>
	Parnaíba	<b>02</b>	<b>02</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>13</b>	<b>13</b>

Fonte:

### 7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.2. – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalação
200127	1043.00016.500-9 (Município de Campo Maior)	11	6	37.050,65	24/05/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1077.00036.500-2 (Município de Floriano)	11	6	29.774,48	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1153.00044.500-5 (Município de Parnaíba)	11	6	44.367,30	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	2269.00002.500-4 (Município de Alegrete do Piauí)	11	6	22.531,10	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1165.00005.500-6 (Município de Piracuruca)	11	6	45.903,60	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1167.00212.500-8 (Município de Piripiri)	11	6	53.146,18	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1159.00017.500-7 (Município de Picos)	11	6	27.983,74	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1225.00011.500-6 (Município de Valença)	11	6	63.468,29	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00122.500-5 (Município de Teresina)	11	6	8.971,42	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00123.500-0 (Município de Teresina)	11	6	22.660,09	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00154.500-0 (Município de Teresina)	11	6	21.797,71	07/12/2001	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1219.00214.500-5 (Município de	13	6	8.697.384,27	10/05/2002	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00

	Teresina)							
<b>Total</b>							0,00	0,00
Fonte:								

### Análise Crítica

Destaca-se no entanto que, apesar de na tabela acima estarem inscritos apenas 12 imóveis, a UG 200127 faz uso ainda de um imóvel localizado na cidade de Parnaíba/PI. Sua retirada temporária do Spiunet foi providenciada pela Superintendência de Patrimônio da União para desmembrar parte do imóvel à Procuradora da República, aguarda, portanto, a UJ o cadastramento pela SPU.

Por fim, no que se refere às atualizações dos valores dos bem imóveis, a UJ espera respostas aos ofícios de solicitação do valor do metro quadrado encaminhados às Prefeituras onde estão localizados os Postos e as Delegacias da 17ª SRPRF/PI, em atendimento à recomendação e à inviabilidade técnica de avaliação dos bens imóveis pela Superintendência de Patrimônio da União no Estado do Piauí, competente privativa pelo valor venal do imóvel, é o que preceitua o art. 67 do Decreto-Lei nº 9.760/46. Importa constar que essa consulta às Prefeituras fora uma das medidas adotadas pela Comissão de Regularização de Bens Imóveis da 17ª SRPRF/PI frente aos valores astronômicos dos serviços de avaliação passados pela Caixa Econômica Federal e pelas empresas imobiliárias.

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios,

<input type="checkbox"/>	contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
X	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.

	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 3 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 3 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 3 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>Como o planejamento quanto a aquisições, segurança da informação, desenvolvimento e produção de sistemas e diretrizes sobre terceirização é centralizado na Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização/DPRF, sendo que as respostas acima foram fornecidas pela Alta Administração da Instituição (DPRF). Não apresenta a 17ª SRPRF/PI gestão sobre estas atividades, o que torna o Quadro A.8.1 não aplicável à UJ.</p>	



## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**9.1 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.**

### 9.1.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i>					X
<ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <b>Foram adquiridos materiais sustentáveis, bem como aquisição de lixeiras de coleta seletiva para implantar o descarte devido aos produtos consumidos. Há na contratação dos serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado, geladeiras, bebedouros, entre outros, a obrigatoriedade da Contratada devolver à Contratante todas peças trocadas e/ou inutilizadas na embalagem da nova peça adquirida, assim que o serviço for executado, e, antes da efetivação do pagamento daquele serviço, adotando critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.</b></li></ul>					
<i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>					X
<i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>					X
<i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i>					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? No edital de contratação de serviços de dedetização foi exigida da Contratada que “o fabricante dos produtos ofertados pelo licitante deverá possuir cadastro junto ao CTF, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/91, que versa sobre produtos ou atividades abrangidas pelo Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.”, bem como deve “atender aos requisitos especificados na Resolução RDC nº 52/2009 – Serviço Controle de pragas, de 22 de outubro de 2009, ANVISA.”</li> </ul>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A aquisição de lâmpadas econômicas adquiridas contribuem para a redução do consumo de energia. Não se pode deixar de mencionar o registro de equipamentos permanentes, tais como aparelhos de ar condicionado, refrigeradores, todos com Selo Procel A, que contribui de maneira eficaz para a redução do consumo de energia..</li> </ul>					x
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <b>Envelope sustentável, papel A4 reciclado, copo descartável em papel, sac plástico lixo sustentável e biodegradável, almofada carimbo sustentável, caneta esferográfica material plástico reciclável - sustentável, livro protocolo reciclado - sustentável, livro-ata reciclado sustentável, papel embrulho reciclado, pasta-arquivo reciclada, porta-lápis reciclado, régua comum de plástico reciclado, entre outros.</b></li> </ul>					x
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <b>A licitação de aquisição de veículos automotores é conduzida pelo DPRF como uma das Unidades Centralizadoras de Compras, ficando responsável pelas especificações e adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.</b></li> </ul>					x
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p>					x

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <b>Tanto é verdade que já se encontram expressos no tópico 6, no qual a Administração pré-definiu as características dos itens a serem licitados.</b></li> </ul>					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. A UJ vem implementando, através de Comissão de Infraestrutura designada pela Portaria nº 068, de 19/03/2012, as exigências da IN nº 01/2010 quanto à sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia. Não foi possível aplicar os critérios de sustentabilidade no exercício de 2011 quando o Convite nº 01/2011, referente à manutenção de edificações, restou deserto por duas vezes consecutivas, e os recursos financeiros para reforma e ampliação foram estornados ao DPRF.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Com a implantação iniciada no final do ano de 2011, a UJ vem consolidando a separação dos resíduos recicláveis descartados mediante Comissão Especial para implantação de coleta seletiva solidária, nos termos da Portaria nº 032, de 07/02/2012. Com o Projeto Básico finalizado, foram as cestas de coleta seletiva de lixo instaladas na sede, 1ª Delegacia e Postos 01 e 02 na cidade de Teresina/PI. Está em fase de implementação o termo de compromisso com as cooperativas locais coletoras.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Foram difundidos cartazes com os dizeres “Adote um copo no dia”, de forma a reduzir o lixo produzido pela Regional e contribuir com um ambiente mais sustentável.</li> </ul>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9.2 Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

### 9.2.1. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A 17ª SRPRF/PI não aderiu a qualquer programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental, por esse motivo não houve a inserção de tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos.

Ainda assim, seguem os dados dos gastos no âmbito da Regional com papel, energia elétrica e água nos anos de 2010 a 2012:

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.000 resmas	-	-	R\$ 10.325,00	---	---
Água	-	-	-	R\$ 18.180,60	R\$ 11.327,92	R\$ 20.832,24
Energia Elétrica	-	-	-	R\$ 219.983,82	R\$ 135.394,73	R\$ 161.189,85
			<b>Total</b>	R\$ 248.489,42	R\$ 146.722,65	R\$ 182.022,09

Fonte:

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula;

#### 10.1.1. Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício

Em análise ao item 10.1, vislumbra-se que a UJ não teve suas contas julgadas pelo TCU ou mesmo não há acórdão, decisão ou relatório do TCU relacionada à UJ no exercício de 2012, o que perde a razão de acrescer os Quadros A.10.1 e A.10.2.

#### 10.1.1. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.10.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109031	1.1.1.1 1.1.1.2 1.1.1.3 1.1.1.8 1.1.2.1 2.1.1.1 2.1.1.2	Ofício nº 22.652/CGU-Regional/PI/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Descrição da Recomendação:			
<u>Recomendação 1 (Item 1.1.1.1):</u> Cumprir o que determina o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, destinando os resíduos às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.			

Recomendação 2 (Item 1.1.1.2): Cumprir o que determina a IN SLTI nº 01/2010, adotando, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

Recomendação 3 (Item 1.1.1.3): Cumprir o que determina a IN SLTI nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Recomendação 4 (Item 1.1.1.8): Gestionar junto ao órgão central a instituição de um Comitê Gestor da Segurança da Informação com base na Política de Segurança da Informação da Unidade.

Recomendação 5 (Item 1.1.2.1):

5.1. Providenciar a atualização de todas as avaliações vencidas dos imóveis sob sua responsabilidade, pois a avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis é válida pelo prazo de dois anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003 e Macrofunção 021107 do SIAFI.

5.2. Regularizar os saldos de contas dos imóveis de Uso Especial não registrados no SPIUnet.

5.3. Disponibilizar cursos de capacitação aos servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis.

Recomendação 6 (Item 2.1.1.1): Criar rotinas de forma a exigir o atendimento dos requisitos indispensáveis à execução das despesas previstos na Lei nº 4.320/64.

Recomendação 7 (Item 2.1.1.2): Atue de maneira mais diligente a fim de que se dê o cumprimento aos prazos legais.

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
1.1.1.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.2 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.3 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
1.1.1.8 - Setor Responsável: Núcleo de Telemática	<b>012266</b>
1.1.2.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>
2.1.1.1 - Setor Responsável: Núcleo de Orçamento e Finanças	<b>014377</b>
2.1.1.2 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira	<b>014375</b>

#### **Síntese da providência adotada:**

Providências 1 (Item 1.1.1.1): Visando atender à recomendação, foi instaurada a Portaria nº 032, de 07/02/2012, de designação de Comissão Especial para implantação de coleta seletiva solidária no âmbito da 17ª SRPRF/PI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação, em 08/02/2012. A Comissão, após finalizar o Projeto Básico, elaborou relatório das atividades desenvolvidas e sugere a aquisição de lixeiras seletivas de rejeitos e recicláveis e depósitos de 1.000 litros para estocar o lixo, bem como sugere a formalização de termo de compromisso com as cooperativas locais de coleta de lixo para reciclagem.

Providências 2 (Item 1.1.1.2): A 17ª SRPRF/PI, na elaboração dos editais, está atenta aos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos na IN

nº 01/2010, apresentando, em seu quadro, servidor capacitado mediante curso à distância, “Compras e Contratações Públicas Sustentáveis”, ministrado pelo MPOG. A Regional implementou os critérios de sustentabilidade nas suas aquisições e contratações de serviços, quando aplicável.

Providências 3 (Item 1.1.1.3): Mesmo com a implementação dos critérios de sustentabilidade pela 17ª SRPRF/PI, não houve contratação de obras no exercício de 2012, ora por não apresentar recursos orçamentários quando recolhidos pela Administração Central, ora por não ter sido aprovado o edital pela Consultoria Jurídica, ora por não apresentar interessados no convite. Quanto à contratação de serviços ou aquisição de bens, a Unidade Jurisdicionada busca adequar à IN nº 01/2010, quando é possível aplicar ao objeto as exigências normativas previstas nos Arts. 5º e 6º da IN nº 01/2010.

Providências 4 (Item 1.1.1.8): Diante da necessidade de gerenciar junto ao DPRF a instituição de um Comitê Gestor da Segurança da Informação com base na Política de Segurança da Informação, importa ressaltar que este Comitê integra as Unidades Descentralizadas, inclusive a 17ªSRPRF/PI.

Providências 5 (Item 1.1.2.1): Como meio para garantir uma análise fidedigna à valorização imobiliária no Estado do Piauí e diante da inexistência de engenheiro nos quadros funcionais, nos termos da Responsabilidade pelas Avaliações (tópico 4.3) da Orientação Normativa GEADE nº 04, de 25/02/2003, foi solicitada, via ofício, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí e à Caixa Econômica Federal a atualização dos valores dos bens de uso especial da União sob a responsabilidade da 17ª SRPRF/PI. Foi também procedida à solicitação, mediante ofício, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí sobre cursos de capacitação de servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis. Cientes dos valores exorbitantes cobrados pela CAIXA e pela empresa imobiliária para realizar a avaliação dos bens imóveis, a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí, argumentando pela impossibilidade de avaliação dos bens imóveis devido à falta de recursos humanos, orientou esta unidade no sentido de buscar o preço do metro quadrado com as Prefeituras onde se localizam os Postos, Delegacias e Sede, o que foi feito. Assim que municiada a Comissão de Regularização de Bens Imóveis dos valores do metro quadrado, serão os valores dos imóveis atualizados, condicionados à inscrição da fonte de pesquisa ou referência, qual seja, consulta às Prefeituras. É importante registrar que foram regularizados os saldos de contas dos bens imóveis de uso especial da União no SIAFI e no SPIUNET.

Providências 6 (Item 2.1.1.1): A Unidade Jurisdicionada vem criando mecanismos (check-list, controle processual, planilhas, relatórios) a fim de elidir eventuais descumprimentos às legislações específicas. Reitera a 17ª SRPRF/PI que os empenhos estimativos, ou seja, aqueles cujas despesas são liquidadas mensalmente, não são realizados em sua totalidade, uma vez que a Unidade Central (DPRF) é quem detém o controle/definição e distribuição orçamentária anual. Portanto, cabe à UJ acatar as orientações e diretrizes da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário (DIPLAN) quanto à forma de liquidação das despesas.

Providências 7 (Item 2.1.1.2): Para melhor gerenciar as publicações no sistema SERPRO/SIASG, foi determinada a atribuição de efetivar lançamentos e publicações referentes às licitações públicas, dispensas e inexigibilidades a dois servidores efetivos da UJ, conforme Portaria nº 027, de 03/02/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 07 em 06/02/2012. As publicações estão sendo feitas no prazo legal.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

Houve definição precisa de atribuições a servidores através de portarias, o que contribui para uma melhor execução e supervisão das atividades.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

O reconhecimento da necessidade de mudança pela 17ª SRPRF, diante das recomendações, e, em consequência, a implementação das providências proporciona à UJ um controle gerencial mais efetivo, aquisições e contratações sustentáveis, adequação às expectativas da sociedade.

#### 10.1.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109031	1.1.1.1	Ofício nº 22.652/CGU-Regional/PI/CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			002823
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1 (Item 1.1.1.1): Cumprir o que determina o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, destinando os resíduos às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <p>Recomendação 5 (Item 1.1.2.1):</p> <p>5.1. Providenciar a atualização de todas as avaliações vencidas dos imóveis sob sua responsabilidade, pois a avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis é válida pelo prazo de dois anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003 e Macrofunção 021107 do SIAFI.</p> <p>5.3. Disponibilizar cursos de capacitação aos servidores responsáveis pelo acompanhamento de bens imóveis.</p>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
1.1.1.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira			014375
1.1.2.1 - Setor Responsável: Seção Administrativa e Financeira			014375
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Justificativa da Recomendação 1 (Item 1.1.1.1): Está em fase de implementação o processo administrativo a subsidiar o termo de compromisso a ser firmado com as cooperativas de coleta locais, bem como está em fase de pesquisa de mercado o processo relativo à aquisição de depósito do tipo contêiner para armazenar o lixo a ser recolhido pelas cooperativas.</p> <p>Justificativa da Recomendação 5 (Item 1.1.2.1): A Comissão Regional de Regularização de Bens Imóveis aguarda resposta do valor do metro quadrado das Prefeituras onde estão localizados os Postos, Delegacias e a Sede para viabilizar a atualização dos valores dos bens imóveis. Até o momento, apenas duas prefeituras atenderam à solicitação, identificando como valor do metro quadrado R\$ 50,00 para o Posto 02 da 4ª Delegacia em Valença (cidade de Valença/PI), R\$ 18,40 para a Sede da 5ª Delegacia em Parnaíba (cidade de Parnaíba/PI) e R\$ 0,21 para o Posto 01 da 5ª</p>			



Delegacia em Parnaíba/PI.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
A coleta seletiva, por não ser viável sua implantação de imediato, exige uma série de fases procedimentais e uma delas é o Termo de Compromisso com as cooperativas e a presença de contêineres para armazenar o lixo acumulado. A inevitável dependência de resposta das Prefeituras quanto ao valor do metro quadrado impossibilita agilizar a atualização dos valores dos bens imóveis no SPIUnet, pois se faz imprescindível identificar a fonte de pesquisa.

### 10.3 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações impostas pela Lei nº 8.730/1993

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	23	23
	Entregaram a DBR	22	22	22
	Não cumpriram a	01	01	01

obrigação			
-----------	--	--	--

#### 10.3.1 Análise Crítica

Os servidores, em cumprimento à Portaria Ministerial MP/CGU nº 298, de 06.09.2007, encaminham até o início de junho de cada exercício aos Recursos Humanos uma autorização para que os órgãos de controle interno tenham acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou a Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado ou cópia da Declaração de Bens e Renda, apresentada à Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, estas, anualmente, em papel impresso. Nesta última opção, os servidores encaminham as declarações por meio de sua chefia imediata, mediante memorando.

#### 10.4 Modelo de Declaração de atualização de dados no SIASG e no SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

##### **DECLARAÇÃO**

Eu, **Jean Ricardo Alves Duque**, CPF nº 034.736.987-17, **Chefe da Seção Administrativa e Financeira**, exercido na **17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 12 de março de 2013.

**Jean Ricardo Alves Duque**

**034.736.987-17**

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira Interino/17ª SRPRF/PI**

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT

Preliminarmente cumpre registrarmos que essa UJ não possui em sua estrutura uma Área encarregada especificamente pelo acompanhamento da aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT, esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça.

Ressalte-se que a 17ª SRPRF vem implementando medidas para a adoção dessas normas como a frequente designação de servidores para compor Comissão de Inventários de Bens, a qual elabora relatório descritivo e avaliativo das condições dos bens móveis e imóveis pertencentes à Regional.

### 11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200127
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a)008 – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO CIRCULANTE; b) 106 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 – FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p>	

Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	<b>Brasília/DF</b>	<b>Data</b>	<b>25 de fevereiro de 2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JOSÉ CARLOS GOMES</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF – 9.261/O-7</b>



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200127	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 008 - SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO CIRCULANTE; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

*José Carlos Gomes*  
CCONT/PROG/SE/MI  
Coordenador